



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 0197688-1/01

RECORRENTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

Proc.: Dra. Fernanda Gonçalves Braga

RECORRIDO: HERCULES METAIS LTDA

Adv.: Dr. Raimundo de Souza Medeiros Júnior

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

**EMENTA:**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM DECISÃO TERMINATIVA. ALEGAÇÕES E POSTULAÇÕES QUE NEGAM VIGENCIA AOS ARTS. 506 E 513 DO CPC. RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

**1 - A decisão terminativa agravada confirma os fundamentos e a condenação proferidos na decisão extintiva do feito executivo, contra a qual o agravante - devidamente intimado no bojo do feito, não exercitou qualquer inconformação recursal;**

**2 - O manejo do recurso de agravo para contrariar os termos da sentença extintiva de reconhecimento da litispendência e de condenação em verba honorária, importa em negativa de vigência dos rigores contidos nos art. 506 e 513 do CPC;**

**3 - Recurso de Agravo conhecido e improvido.**

**4 - Decisão unânime.**

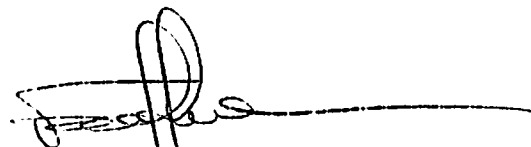
**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo nº 0197688-1/01, em que figuram como recorrente o Estado de Pernambuco e como recorrido a Hércules Metais Ltda.

24160  
P

Acordam os Desembargadores que integram a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer o presente recurso de agravo, para negar-lhe provimento, confirmando em todos os seus termos a decisão agravada, conforme relatório e votos constantes proferidos em seu julgamento.

Recife, 26/01/2010



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator

2461



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 0197688-1/01

RECORRENTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

Proc.: Dra. Fernanda Gonçalves Braga

RECORRIDO: HERCULES METAIS LTDA

Adv.: Dr. Raimundo de Souza Medeiros Júnior

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra os termos da decisão terminativa proferida sob a égide do art. 557, do CPC, no Reexame Necessário adotado na sentença extintiva do feito executivo e prolatada sob os rigores do art. 267, V - litispendência, também condenando a Fazenda Pública ao pagamento de verba honorária fixada em 5% sobre o valor da causa.

A decisão ora agravada foi ministrada na forma da ordem processual, conhecendo e negando provimento ao recurso de ofício, confirmando em todos os seus termos e fundamento a sentença proferida, termos que não foram contrariados por recursos voluntários.

O presente exercício recursal é manejado sob os fundamentos, em síntese, de que:

- a decisão agravada nega seguimento a recurso;
- os feitos que levam ao reconhecimento da litispendência são distintos, apenas originários de um mesmo processo administrativo, pelo que não se concretiza a figura reconhecida e que determina a extinção do feito;
- não é razoável a extinção da execução, por atentar contra o princípio da economia processual, sobretudo quando a outra ação

00-0197688-1-01

1

executiva foi extraviada e o seu título executivo foi substituído por nova CDA;

- o princípio da causalidade torna impossível a sua condenação na verba em debate, pois a causa do ajuizamento do feito não pode ser atribuída ao mesmo e que o montante fixado desatende aos rigores do art. 20, §§ 2º e 3º do CPC (regras de equidade).

Sob tais fundamentos postula:

- que seja afastada a litispendência reconhecida, para ser determinado o prosseguimento da presente execução;

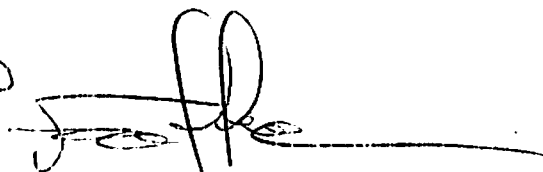
- em sendo ela mantida, que seja afastada a condenação combatida;

- ou sendo a condenação mantida, que seja o seu valor reduzido.

Na forma prevista na lei processual, coloco o feito em mesa para julgamento.

É o relatório.

Recife, 26/01/2010



Des. *Fernando Cerqueira Norberto dos Santos*  
Relator

2163  
32



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 0197688-1/01

RECORRENTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

Proc.: Dra. Fernanda Gonçalves Braga

RECORRIDO: HERCULES METAIS LTDA

Adv.: Dr. Raimundo de Souza Medeiros Júnior

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

**VOTO DE MÉRITO**

Como mencionei no relatório promovido, o recorrente maneja o presente inconformismo para hostilizar os termos da Decisão Terminativa de mérito proferida sob os rigores do art. 557, do CPC, em Reexame Necessário adotado na sentença extintiva do feito executivo, prolatada sob os rigores do art. 267, V - litispendência, também condenando a Fazenda Pública ao pagamento de verba honorária fixada em 5% sobre o valor da causa.

Chamo a atenção para os seguintes aspectos:

- 1 - a sentença extintiva do feito ajuizado e condenatória do demandante no pagamento de verba sucumbencial, foi devidamente publicada no DO de nº 154, do dia 26.08.2008 (fl. 111 do feito originário);
- 2 - no dia 18.09.2008, o Procurador do Estado Dr. Paulo Rosenblatt, tomou ciência pessoal da decisão proferida, na mesma fl. 111 dos autos do processo executivo, sem formular qualquer pretensão recursal, na forma e prazo regidos pela lei processual;
- 3 - por força do reexame adotado, foram os autos remetidos a esta Instância recursal, onde os termos proferidos na decisão foram conhecidos e mantidos, sem qualquer reforma ou correção e sem qualquer manifestação das partes litigantes, que tacitamente se

FR

contentaram com a figura extintiva reconhecida e com a condenação sucumbencial fixada.

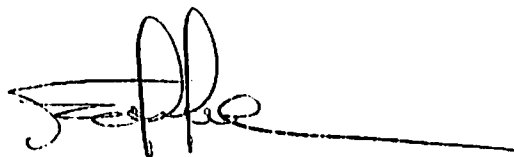
Pelos termos do presente agravo, o agravante reclama de situações que deveria ter reclamado em sede de recurso de apelo – insisto, recurso que na exercitou quando oportuno e legal.

O acolhimento da tardia postulação, importa em desatenção aos rigores dos artigos 506 e 513 e seguintes do CPC, enunciados que não podem ser desconsiderados para legitimar um interesse recursal que lhes nega vigência, diante do que não merecem guarida os pedidos perseguidos na presente inconformação.

Sob tais fundamentos, o meu voto é proferido no sentido de conhecer e negar provimento ao recurso de agravo, mantendo inalterados os termos da decisão agravada.

É como voto.

Recife, 26/04/2010



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator